

AS CONSEQUÊNCIAS DA POPULAÇÃO ARMADA NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

THE CONSEQUENCES OF THE ARMED POPULATION IN THE MILITARY POLICE WORK

SANTOS, Filipe Fernandes dos¹
ARAUJO, Adriano de Freitas²

RESUMO

O armamento populacional é um tema polêmico que vem sendo discutido a muito tempo na sociedade brasileira. Nos dias atuais, a eleição de um presidente que apoia abertamente o direito do cidadão se defender por meio da utilização de arma de fogo, reascendeu a discussão em âmbito nacional. Por esse motivo, este trabalho buscou conhecer a opinião da população de Anápolis-GO acerca do tema, bem como as consequências da população armada no trabalho do policial militar, sobre a ótica dos próprios policiais. Por meio da metodologia de pesquisa quantitativa, se pôde constatar que 70% dos moradores de Anápolis acreditam que a população armada é capaz de diminuir os índices de violência social, enquanto 90% dos policiais da cidade argumentam que tal prerrogativa é utópica. Os policiais, por meio de pesquisa qualitativa, elencaram os principais fatores que causam preocupação ao lidar com uma possível sociedade armada. Demonstrando que muitos aspectos que devem ser levados em consideração, com objetivo de cuidar e proteger tanto a comunidade, quanto a vida dos policiais militares, que é colocada em risco todos os dias em prol do bem-estar social.

Palavras-chave: Desarmamento, População Armada, Polícia Militar.

ABSTRACT

Population weaponry is a controversial issue that has been discussed for a long time in Brazilian society. Nowadays, the election of a president who openly defends the citizen's right to defend himself through the use of firearms has resurrected this discussion at the national level. For this reason, this work

¹ Aluno do Curso de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Comando de Polícia Militar de Goiás- CAPM, filipe_fernandes_10@hotmail.com;

² Professor Orientador: bacharel em Direito, capitoadriano@gmail.com. Anápolis-GO, Março de 2019.

sought to know the opinion of the population of Anápolis-GO on the subject, as well as the consequences of the armed population in the work of the military police officer on the optics of the police officers themselves. Through quantitative research methodology, 70% of Anápolis residents believe that the armed population is able to reduce social violence rates while 90% of city police argue that this prerogative is utopian. Policemen, through qualitative research, police officers listed the main factors that cause concern in dealing with a possible armed society. Many aspects must be taken into account in order to care for and protect both the community and the lives of the military policemen who are put at risk days in favor of social welfare.

Keywords: Disarmament, Armed Population, Military Police.

1. INTRODUÇÃO

Não causa estranheza ao povo brasileiro os dados da OMS- Organização Mundial da Saúde, que coloca o Brasil entre os países onde mais se mata no mundo. Essa é uma realidade antiga, que vem aumentando com o decorrer do tempo. A OMS justifica que a posição do país entre os mais violentos, é decorrente da facilidade encontrada no acesso a armas. Isso também explica o fato de o Brasil liderar o ranking mundial do maior número de homicídios por arma de fogo, sendo mais da metade das mortes contabilizadas no país, ocasionadas por elas.

Sendo assim, é inevitável que surjam inúmeros questionamentos envolvendo este tema. Os benefícios e malefícios em se ter uma população armada são constantemente discutidos, bem como, se de fato a população está mais segura desarmada enquanto criminosos possuem livre acesso aos mais variados tipos de armas. Sendo assim, é necessário discutir se menos armas realmente acarretam em menos crimes, ou se menos armas apenas privam a população de se defender do perigo constante e eminente que vigora no país.

O atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, é conhecido por seu posicionamento favorável ao armamento da população. Recentemente, como uma das primeiras medidas de seu mandato, o presidente assinou um

decreto que facilita a posse de armas aos cidadãos brasileiros. Tal medida exerce demasiada influência, tanto no cotidiano da população brasileira, quanto no trabalho do Policial Militar, que coloca sua vida em risco todos os dias em prol da segurança pública.

Por ser atual, polêmico e de suma importância à força policial, esse tema foi escolhido para ser trabalhado em Anápolis, município do estado de Goiás. Com isso, objetiva-se conhecer as opiniões da comunidade, bem como dos policiais militares da cidade, acerca do armamento da população e das formas com que ele pode refletir no trabalho da PM.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A POPULAÇÃO ARMADA

Quando se fala em população armada, é comum a assimilação do tema à mais recente legislação sobre a qual lhe faz referência. A lei 10.806 sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também conhecida como Estatuto do Desarmamento, dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição. No entanto, regulamentações que objetivam o controle de armas no país, estão presentes desde sua colonização. (BRASIL, 2003)

As Ordenações Filipinas que à época regia Portugal e seus territórios restringia o acesso e elencava acerca do tipo de arma que cada cidadão poderia possuir. Ainda assim, a população brasileira colonial era o que podia se chamar de população armada, pois possuía capacidade em se munir, independentemente de apoio governamental, causando assim grandes preocupações àqueles que estavam no poder. Tal realidade dificultava a atuação da polícia que buscava conter a desordem, uma vez que, a qualquer momento era possível uma trágica reação armada. Nesse sentido, Adilson José de Almeida:

Verifica-se que esses procedimentos respondiam a uma situação mais geral, a existência no Brasil de uma sociedade armada. Isto é, os referidos procedimentos se desenvolveram numa sociedade na qual o porte e o emprego de armas estavam disseminados em todos os segmentos sociais e os homens armavam-se independentemente

dos controles governamentais. As armas estavam nas mãos da sociedade e as forças militares e policiais do Estado não as controlavam, não conseguiam estabelecer o monopólio estatal da violência. (ALMEIDA,2015)

Com o decorrer dos anos, diversas medidas foram adotadas visando a regulamentação da questão das armas no país. No entanto, foi só em 1934 que Getúlio Vargas estabeleceu a primeira campanha oficial de desarmamento no Brasil, por meio do decreto 24.602/34. Desde então, os presidentes que o sucederam trabalharam sobre a mesma linha de raciocínio, alterando e endurecendo os termos acerca tema, como é o caso da criação do Estatuto do Desarmamento, que entrou em vigor no mandato do ex-presidente Lula. (TRIBUNO, S/D)

Com uma visão inovadora, o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, defendeu durante toda sua campanha os ideais de que uma população armada resultaria na diminuição dos índices de violência do país. Por esse motivo, após ser eleito, uma das primeiras medidas de seu mandato foi assinar um decreto facilitando a posse de armas, isso é, a alteração do estatuto do desarmamento que suaviza os requisitos que possibilitam o cidadão possuir arma de fogo em sua casa ou no trabalho. (FRANCO, 2019)

Um dos argumentos utilizados pelo presidente para justificar tal medida, é que “a população escolheu se armar”, fazendo referência a consulta popular sobre a proibição da comercialização de arma de fogo e munições no Brasil, que ocorreu em 2005 por meio de referendo. Na época, o povo decidiu que o comércio não deveria ser proibido. No entanto, uma pesquisa realizada pelo Datafolha em setembro de 2018, revela que 61% dos brasileiros querem que a posse de arma de fogo seja proibida no país. (IG, 2018)

Diante os fatos históricos e dos recentes acontecimentos expostos que englobam a questão do armamento no país, é preciso elencar as consequências sociais que uma população armada pode gerar. Ademais, é necessário conhecer a forma que tal fato reflete no trabalho daqueles que verdadeiramente entendem e lidam com segurança pública todos os dias, a força policial militar.

2.2. A INFLUÊNCIA DO ARMAMAMENTO NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

É esperado que haja opiniões variadas e de grandes proporções envolvendo a questão do armamento em um país que lidera o ranking na classificação do local onde mais se mata com arma de fogo no mundo. Assim como todo assunto de grande repercussão, o desarmamento possui adeptos e opositores que visam expor seus argumentos, favoráveis ou não, objetivando demonstrar as consequências desse tema para segurança social, criando assim, inevitavelmente, inúmeras polêmicas.

Aqueles que defendem o armamento justificam essa posição baseando-se no direito do indivíduo se defender da criminalidade que impera no país. Afirmam ainda que uma população armada inibe as ações dos criminosos, uma vez que esses temeriam a reação popular. Nesse sentido, Jon Lott, renomado escritor norte americano, publicou seu polêmico e muito criticado trabalho “Mais Armas, Menos Crimes”, no qual ele elenca diversos exemplos bem-sucedidos de sociedades que conseguiram diminuir o número de homicídio ao permitir a posse de armas de fogo aos seus cidadãos. (ROLIM,2005)

Já aqueles que condenam, acreditam na estreita relação entre arma e crime, uma vez que, em seus entendimentos, o aumento da criminalidade é justificado pelo aumento do número de pessoas que possuem armas. Existem outras diversas justificativas que objetivam desmontar a ideia que coloca a arma como sendo necessária para a defesa pessoal, bem como a falácia em se armar uma população despreparada. Dentre esses argumentos, Daniel Cerqueira e João de Mello apontam os principais:

- i) o indivíduo que possui uma arma de fogo fica encorajado a dar respostas violentas para a solução de conflitos interpessoais; ii) o possuidor de armas fica com poder para coagir; iii) do ponto de vista do criminoso, a posse da arma de fogo faz aumentar a produtividade e diminuir o risco de o perpetrador cometer crimes; e iv) o aumento da facilidade e do acesso às armas significa diminuição do custo da arma pelo criminoso no mercado ilegal.(CERQUEIRA, MELLO, 2012, p.7)

Dito isso, é importante conhecer as consequências de tal fato no trabalho do policial militar. Algumas pessoas defendem que armar a população seria benéfico à força policial, uma vez que “boa parte da eficiência do armamento civil resulta da divisão de trabalho entre a população geral e agentes profissionais de segurança” (KOGOS, 2015). Isso é, como o policial não consegue estar em todos os lugares ao mesmo tempo, seria positivo “compartilhar” seu trabalho com os civis armados, que atuariam de maneira a preservar a segurança pública do lugar onde ele se encontra.

No entanto, grande parte da força policial não compartilha desse posicionamento. A maioria dos responsáveis pela segurança pública, afirmam que é demasiado imprudente dividir suas responsabilidades e obrigações com civis sem nenhum preparo para lidar com crime. Se até mesmo os policiais que são treinados fisicamente e psicologicamente para combater a violência e marginalidade nas ruas, acabam eventualmente cometendo erros fatais, imagine o caos que tomaria conta do país caso a população em geral comesse a exercer esse ofício.

Existem outros argumentos relevantes que expõem os males de uma população armada no trabalho do policial militar. Segundo o Coronel Luiz Fernando Silveira de Almeida, secretário social de Sergipe e autor do artigo intitulado “O Cidadão de Bem e a Bala Perdida”, seria missão quase impossível para o policial, no momento de sua atuação, distinguir quem marginal de quem não é, estando os dois armados e em posição de ataque. O autor segue dispondo acerca do trabalho policial:

Por falar em Policiais - uma categoria tão abandonada, tão desvalorizada, na qual deságuam os problemas que o poder público não deu solução, como se ela pudesse solucionar - vai ter seu trabalho multiplicado e dificultado. Além de mais gente armada, para fiscalizar, terá que possuir uma bola de cristal para distinguir, em segundos, o infrator do “cidadão de bem”. (ALMEIDA, 2018)

Diante todo o exposto, é inegável que armar a população não é a maneira mais eficaz de se combater a crescente onda de violência no país. Isso por que, a segurança pública é responsabilidade do policial e não pode repassada a terceiros. Sendo assim, para obtenção de resultados positivos que não comprometam a integridade da população, nem mesmo a efetividade do

trabalho militar, é necessário que o Estado invista e apoie a força policial, proporcionando maior segurança e melhores condições de trabalho para uma verdadeira e profunda solução dos problemas sociais.

3. METODOLOGIA

Buscando o melhor aproveitamento desse trabalho para a Gestão da Polícia Militar no estado de Goiás, a metodologia aplicada fará uso tanto da pesquisa quantitativa, quanto da pesquisa qualitativa.

Com a pesquisa quantitativa, objetiva-se conhecer qual o posicionamento da população, bem como da força policial da cidade de Anápolis-GO, acerca da segurança que a arma de fogo representa. A questão poderá ser respondida apenas com sim ou não, para que possa ser feito um levantamento numérico que resultará na proporção das informações.

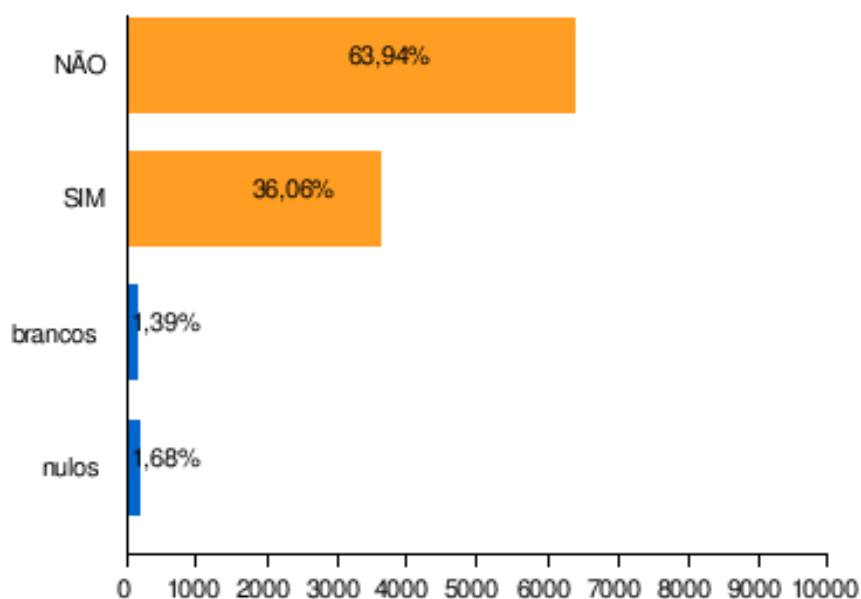
A pesquisa qualitativa abre espaço para que os entrevistados deem suas opiniões de maneira mais aberta. Deixando a resposta livre, objetiva-se conhecer o ponto de vista da população e dos policiais, acerca da interferência que uma população armada pode causar no trabalho do policial militar.

Ambas pesquisas terão como público alvo a população Anapolina e os policiais militares atuantes na cidade, escolhidos aleatoriamente. As informações serão recolhidas e posteriormente dispostas sua integralidade nesse trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas apresentadas anteriormente nesse trabalho apontam que a maioria da população brasileira escolheu se armar, com base no resultado do referendo realizado em 2005 que possibilitou a continuação do comércio de arma de fogo no país.

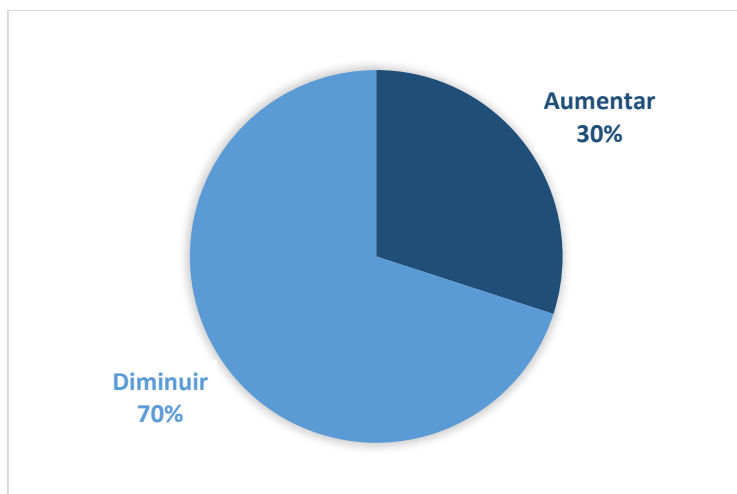
Gráfico 1: O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?



Fonte: (TSE, 2005)

Os resultados obtidos com a pesquisa de campo realizada na cidade de Anápolis, estado de Goiás, seguem a mesma linha de raciocínio do resultado alcançado com o referendo de 2005, conforme os dados foram apresentados acima. Isso é, a maioria da população Anapolina acredita que de alguma maneira, as armas são importantes auxiliadoras na manutenção da paz dentro da sociedade, e que a população armada seria capaz de diminuir os índices de violência social.

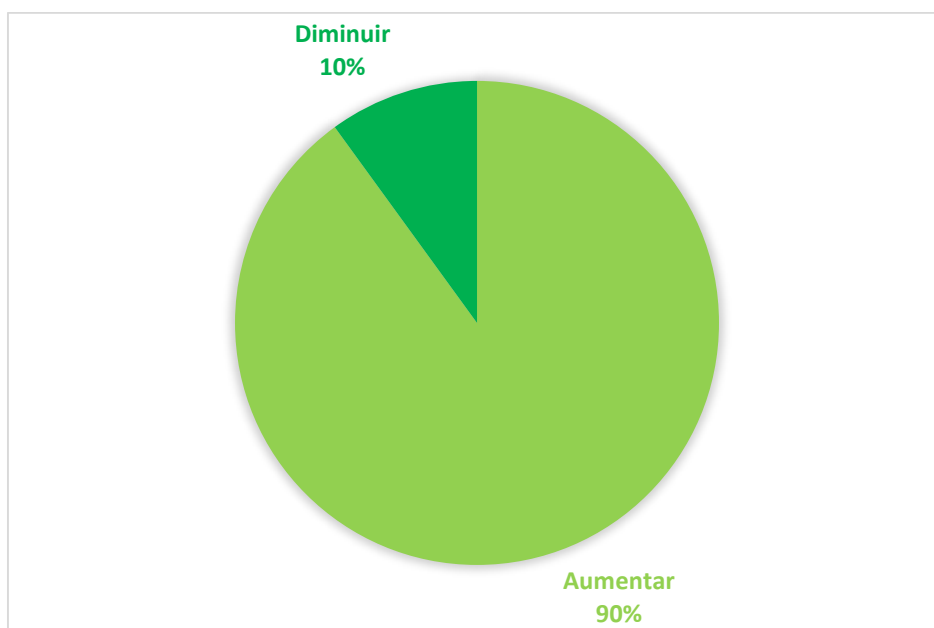
Gráfico 2: Sob a perspectiva populacional: A população armada é capaz de aumentar ou diminuir os índices de violência social?



Fonte: (O autor, 2019)

No entanto, entre a força militar do município de Anápolis os resultados encontrados foram bem diferentes, uma vez que a grande maioria dos policiais militares entrevistados não acreditam que as armas, na mão da população, são capazes de diminuir a violência social.

Gráfico 3: Sob a perspectiva militar: A população armada é capaz de aumentar ou diminuir os índices de violência social?



Fonte: (O autor, 2019)

Quando indagados acerca da forma pela qual a população armada interfere no trabalho do policial, os policiais militares entrevistados na cidade de Anápolis, apontaram os principais fatores que justificam a falácia em se ter uma população armada.

O risco eminente que existe na relação entre a embriagues e a arma, o trágico resultado do uso de armas nas pequenas brigas, como as de transito e aquelas que ocorrem no âmbito familiar, a falta de conhecimento no manuseio das armas, bem como a falta de cautela com as mesmas, são os principais preocupações apresentadas pela força policial. Sendo assim, os policiais militares acreditam que a população armada oferece risco não só a sociedade, mas aos próprios policiais, que trabalham na defesa dessa população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das informações aqui apresentadas, pode-se concluir que grande parte da população brasileira em geral, defende o comércio de armas no país, bem como o direito do cidadão em possuí-las.

Na cidade de Anápolis, município de Goiás, a opinião populacional vai de acordo com a estatística nacional. A pesquisa realizada por esse trabalho constatou que a maioria dos anapolinos acredita que a população armada pode, de alguma forma, contribuir positivamente para a diminuição do índice de violência social.

Enquanto isso, apenas a minoria da força policial militar da cidade acredita que tal perspectiva seja possível. A maior parte dos policiais militares anapolinos defendem que o uso de armas pela população pode ser danoso e acarretar em trágicos resultados tanto para a população quanto para a força policial.

Contudo, pode-se dizer que este trabalho alcançou o objetivo proposto, uma vez que por meio dele foi possível conhecer as opiniões e os anseios dos moradores da cidade de Anápolis acerca da sociedade armada. Ademais, o trabalho demonstrou, sob a ótica militar, as principais dificuldades encontradas por esses profissionais ao lidar com uma possível população armada, constatando que o policial se preocupa com as consequências de tal realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adilson José de. **Sociedade Armada**: o modo senhorial de atuação no Brasil Império. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Luís Fernando Silveira de Almeida. **O Cidadão de Bem e a Bala Perdida**. Disponível em:<<https://www.alainet.org/pt/articulo/195619>>. Acesso em 04 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas- Sinarm, define crimes e dá outras providências**. Brasília, DF, 22 de setembro de 2003. Disponível em:<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.826compilado.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; MELLO, João Manoel Pinho de. **Menos Armas, Menos Crimes**. Ipea- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2012.

FRANCO, Luiza. **Decreto de Bolsonaro Facilitar Posse de Arma**: entenda como funciona a lei e o que muda agora. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46832821>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

IG, São Paulo. **Datafolha**: 61% dos Brasileiros Querem que a Posse de Armas de Fogo seja Proibida. Disponível em:<<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2018-12-31/datafolha-posse-armas.html>>. Acesso em 20 fev. 2019.

KOGOS, Paulo. **Em Defesa do Armamento da População**: fatos e dados sobre as consequências do desarmamento. Disponível em:<<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2167>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

ROLIM, Marcos. **Evidências Científicas Sobre o Desarmamento**: ou "tudo aquilo que o *lobby* das armas não gostaria que voce soubesse". Porto Alegre, 2005.

TRIBUNO, Celso. **A História do Desarmamento no Brasil, por Celso Tribuno**. Disponível em:<<https://www.mundodasarmas.com/2017/05/a-historia-do-desarmamento-no-brasil.html>>. Acesso em 18 fev. 2019.